

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Viver na Terra, Trabalhar no Mar: um estudo sobre a prática de pesca
com a rede de arrasto na comunidade de Quelelene, Angoche**

Autor: Issufo Muhamade

Orientador: José Teixeira

Co-Orientador: Euclides Gonçalves

Maputo, Dezembro de 2014

Viver na Terra, Trabalhar no Mar: um estudo sobre a prática de pesca com a rede de arrasto na comunidade de Quelelene, Angoche

Trabalho de Culminação de Estudo submetido no Departamento de Arqueologia e Antropologia em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção de grau de licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane.

Autor

Issufo Muhamade

Orientador

Presidente

Oponente

Maputo, Dezembro de 2014

Declaração de honra

Declaro por minha honra que este trabalho de pesquisa é original. Nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de um grau qualquer. O mesmo é o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Issufo Muhamade

Dedicatória

À memória do meu irmão, Abacar Muhamade (1992-2004)

Agradecimentos

Nesse espaço, gostaria de agradecer em primeiro lugar os pescadores da comunidade da ilha de Quelelene. Desses pescadores, o meu especial agradecimento vai para Momade Aly, Omar Djuíe e Jaime Momade, que, ao longo do meu trabalho de campo, tornaram-se os principais participantes do presente estudo, e a Eusébio Momade, extensionista da IDPPE/IIP.

Expresso igualmente o meu agradecimento aos meus orientadores, José Teixeira e Euclides Gonçalves. Ao José Teixeira, por ter me passado a experiência de trabalho de campo e especificamente por me explicar como deveria recolher os dados para o presente trabalho. Muito obrigado.

Ao Euclides Gonçalves, vai o meu apreço completo por ter orientado o presente trabalho que, em princípio, era uma confusão total. Obrigado pelo esforço que fez em ouvir as minhas tentativas manobradas para explicar-lhe o meu trabalho e da leitura das minhas cogitações.

Aos docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia (DAA) em particular da secção de antropologia pela transmissão do conhecimento antropológico que agora jaz na minha cabeça, o mesmo que me ajudou olhar o estudo que aqui apresento.

Aos meus colegas da turma de antropologia 2011, em particular Shila Marrengula, Anifa Graciete, Gabriel Muchombe, Jorge Mutâmpua e os colegas do grupo, Mujaide Lobo, Vicência Moiane, Hélder Diogo, Luísa Mabdjaia e Canama Malido pelas discussões e partilha de ideias.

Por último, agradeço ao meu amigo-irmão Muhamade Ali Lemos pelo suporte, ao Abdala Sarajabo, Lurdes Raja e a todos que ajudaram-me ao longo da minha formação.

Muito obrigado!

Resumo

No presente estudo exploro a pesca artesanal na comunidade da Ilha de Quelelene. No estudo examino a interação entre pescadores que usam a rede de arrasto e as entidades de gestão de recursos marinhos.

Para a recolha de dados efectuei trabalho de campo na comunidade da Ilha de Quelelene no distrito de Angoche, onde entrevistei os pescadores e autoridades de gestão pesqueira, realizei grupos focais com os pescadores, observei a prática de pesca e participei numa ronda pesqueira.

Os dados que recolhi com base nas entrevistas e observações dos pescadores da comunidade da Ilha de Quelelene, mostram que existe uma interação entre os pescadores e as autoridades de gestão pesqueira na prática da pesca com a rede de arrasto.

Os resultados do estudo permitiram-me concluir que os pescadores articulam práticas tradicionais de pesca e as medidas sugeridas pelas autoridades pesqueiras. No entanto, essa articulação é um mecanismo de convivência com essas práticas procurando, por um lado, manter as suas práticas tradicionais com uma dimensão cultural e carga simbólica muito forte, e por outro lado, cumprir com as políticas vigentes.

Palavras-chave: *comunidades pesqueiras, pesca artesanal.*

Índice

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
1. Introdução.....	1
<i>1.1. Problemática.....</i>	<i>4</i>
<i>1.2. Conceitos.....</i>	<i>13</i>
<i>1.2.1. Comunidades pesqueiras.....</i>	<i>13</i>
<i>2.1.2. Pesca artesanal.....</i>	<i>14</i>
2. Recolha de Dados.....	15
<i>2.1. Sobre o trabalho de campo.....</i>	<i>15</i>
<i>2.2. Técnica de recolha de dados.....</i>	<i>18</i>
3. O município de Angoche e as comunidades pesqueiras de Quelelene.....	20
<i>3.1. Localização geográfica.....</i>	<i>20</i>
<i>3.2. Nativos, forasteiros e a pesca.....</i>	<i>22</i>
<i>3.3. Pesca artesanal com rede de arrasto.....</i>	<i>25</i>
4. Medidas reguladoras e a prática pesqueira em Quelelene.....	31
<i>4.1. A razão da CCP e a razão do pescador.....</i>	<i>31</i>
<i>4.2. Autoridades de gestão pesqueira e os pescadores.....</i>	<i>33</i>
5. Conclusão.....	36
Referências Bibliográficas.....	37
Anexo.....	41

1. Introdução

O objectivo do presente estudo é de analisar a relação entre os pescadores na prática de actividade pesqueira e as autoridades de gestão dos recursos pesqueiros na comunidade da ilha de Quelelene, no distrito de Angoche.

A ideia de estudar a comunidade pesqueira nasceu quando num passeio na comunidade da ilha de Quelelene observei a prática de pesca com a rede de arrasto ao longo da praia de Quelelene e fiquei interessado sobre o assunto. Reuni o material possível sobre a antropologia marítima¹ como uma subdisciplina da antropologia e, entretanto, tomei a decisão de intensificar mais os meus horizontes, assim como os horizontes da antropologia nesta área.

Quando comecei a fazer busca da literatura sobre antropologia das comunidades pesqueiras descobri a existência de muitas linhas de investigação. Destas linhas, identifiquei três como sendo as mais dominantes.

A primeira linha é chamada antropologia simbólica e é a mais clássica nos estudos das comunidades pesqueiras, no entender de Fernández (1999). Esta linha preocupa-se fundamentalmente em estudar as crenças mágico-religiosas relacionadas à prática pesqueira (Lopes 1994), a dualidade entre mar e terra (Fernández 1999), espaço e mar como componentes indivisos e segredos na pesca (Maldonado 1993).

O estudo das comunidades pesqueira na linha da antropologia simbólica ajuda-nos a compreender que a prática pesqueira esta ligada à um conjunto de aspectos culturais e simbólicos, mas não explica as mudanças que se verificam nesses contextos face a introdução de novos métodos e técnicas na pesca.

¹ Sobre a questão da antropologia marítima como uma subdisciplina ou um campo específico da antropologia, suscita muitos debates. Segundo Diegues (1999), a maioria dos antropólogos interessados pelo tema prefere falar como campo específico de interesse e investigação, de entre eles (Galván 1984, Geistdoerfer 1989, Pascual Fernandez 1991), porque exige técnicas de observação e formas de análise particulares, diferenciadas da antropologia das sociedades camponesas e operárias.

A segunda linha investiga as questões ligadas à mudança social nas comunidades pesqueiras face a introdução do capital industrial na prática pesqueira (Morão 1967, Kottak 2008, Farman 1970). O principal problema desta linha de investigação, como observa Adomille (2009), é a visão dualista que este tipo de abordagem sugere, colocando sempre a pesca artesanal e industrial como duas categorias distintas e antagónicas.

A terceira linha investiga a relação entre a produção e meios produtivos, examinando concretamente a exploração da mulher pelos homens na prática pesqueira (Motta-Mués 1999, Nieuwenhuys 2005, Cavalcanti 2002, Cuambe 2005).

Esta linha é importante porque evidencia invisibilidade das mulheres na prática pesqueira, onde essa sua invisibilidade resulta do seu impedimento para a realização desta actividade por serem consideradas fracas e naturalmente atribuídas as tarefas domésticas por parte dos homens, acto que confere mais poder aos homens. Porém, a linha tem limitação porque considera o poder de forma essencialista, não explica como a mesma mulher invisível naquele contexto, pode torna-se visível no outro.

Diante das linhas de abordagens existentes, reconhecendo o valor de cada uma das linhas e a sua limitação, o meu ponto de partida para o estudo das comunidades pesqueiras é de examinar prática de actividade pesqueira e a sua relação com as políticas de gestão de recursos pesqueiros.

Nessa linha, destacam-se os autores como Silva (2012) e Silveira (2011) que, nos seus estudos mostraram que os pescadores criam respostas conflituosas face a implementação das políticas de gestão de recursos marinhos e mostram sempre uma resistência. Essa forma de olhar para estas duas categorias, afasta a possibilidade de perceber o que realmente acontece entre esses e aumenta o dualismo entre as partes.

De uma forma a distanciar-me desses estudos, ao invés de pensar que os indivíduos criam respostas conflituosas face à implementação das políticas que regulam a prática pesqueira (Silva 2012, Silveira 2011), proponho pensar, de acordo com os meus dados, que existe uma relação entre os pescadores e autoridades de gestão de recursos

marinhos, mas esta relação não é sempre conflituosa. Os pescadores interagem, dialogam e negociam permanentemente com as políticas reguladoras.

Para a elaboração do presente trabalho realizei um trabalho de campo etnográfico na comunidade da ilha de Quelelene do distrito de Angoche. No decorrer do trabalho de campo procurei olhar, ouvir e escrever (Oliveira 2006) a relação entre a prática de actividade pesqueira e as medidas que regulam a prática pesqueira. Os métodos utilizados foram a observação directa e participante da prática pesqueira e entrevistas semi-estruturadas direccionada aos pescadores e os membros de Conselho Comunitário de Pesca (CCP).

Dos dados recolhidos com base nos métodos descritos e as análises feitas, foi possível descobrir que os pescadores interagem com as autoridades de gestão dos recursos pesqueiros. Dessa interação, os pescadores criam respostas às políticas reguladoras fazendo um jogo de, por um lado aceitar as condições impostas, por outro lado negociar e dialogar para a continuidade das suas práticas tradicionais, o que faz com que haja coexistência entre as partes.

O presente estudo está dividido em 5 capítulos. Neste primeiro capítulo, apresento o objectivo de estudo, a problemática, a abordagem teórica e os conceitos.

No segundo capítulo apresentarei as metodologias. Neste capítulo, apresento os passos percorridos no processo da elaboração do presente estudo, desde a inserção no terreno até a fase da recolha de dados.

No terceiro capítulo apresento os aspectos gerais das comunidades de Quelelene. No quarto apresento o exercício de actividade pesqueira e a relação que se estabelece entre os pescadores e as autoridades de gestão de recursos pesqueiros e, por fim, a conclusão.

1.1. Problemática

A literatura sobre as comunidades pesqueiras em antropologia, mostra que antes da presença da antropologia no estudo sobre essas comunidades, as ciências modernas-positivistas, tal como Oceanografia e a Biologia, tinham um poder e autoridade de dizer algo sobre a pesca. Tratava-se, para estas ciências, de aspectos técnicos que envolviam o conhecimento dos estoques pesqueiros e as questões da retirada da biomassa.

Diegues (2003) contesta a posição das ciências modernas-positivistas por intitularem-se como os primeiros a desenvolver saberes sobre o mar e pesca. “Na verdade, o que se sabe sobre os mares é fruto de um acúmulo de informações que se iniciou quando o homem primitivo começou, da terra, a observar o mar e os seres que neles vivem” (Diegues 2003: 1).

Ao enveredar pela análise das consequências da intromissão das ciências modernas-positivistas com as suas ideologias e poderios técnicos e militares, Diegues (2003) aponta que a partir de meados do século XIX, houve a inserção progressiva tanto da pesca quanto da navegação no capitalismo industrial emergente. Ainda segundo Diegues (2003), nas grandes campanhas de bacalhau da terra nova, houve a substituição dos barcos a vela pelos navios a vapor, a introdução de novas tecnologias na captura e processamento do pescado.

Fernandes (2012), entende que foi a inserção do capitalismo e consequentemente a substituição dos barcos à vela, que deu origem a dicotomia entre a pesca industrial e pesca artesanal, forçando os Estados a estabelecer linhas de partilha do oceano que conferem aos Estados mais poderosos o poder de explorar os oceanos, alto-mar, praticamente sem prestar contas a ninguém ou apenas a si próprios.

O que se verificou ao longo desses anos, foi eventualmente a hegemonia que as ciências modernas-positivas, em particular a Oceanografia e a Biologia Marinha, tinham sobre o estudo e interpretação dos mares e a prática pesqueira. As ciências sociais encontravam-se afastadas desses estudos.

A intervenção decisiva das ciências sociais no estudo das comunidades pesqueiras começou a verificar-se recentemente como uma forma de insurgir-se sobre “a ciência moderna que nas suas abordagens considerou o mar como um espaço vazio, não humano, ocupado pelos peixes e pelos pássaros” (Fernandes 2012: 87).

Diegues (2003) aponta dois factores da ausência das ciências sociais. Factor interno e factor externo. O factor externo, refere à percepção dos cientistas naturais (sobretudo os oceanógrafos, físicos e químicos) que estudavam os mares como grandes vazios humanos, desabitados, sem intervenção humana. O factor interno tem a ver com os próprios cientistas sociais e humanas, sobretudo no que tange o seu afastamento total no estudo das populações que vivem directa ou indirectamente dos mares, pois até recentemente os estudos das comunidades marítimas se inseria dentro do estudo do mundo rural.

Nesse âmbito, o despertar dos cientistas sociais, nascia com isso um interesse particular em analisar a sociedade marítima a luz das ciências sociais, em particular na antropologia. Os trabalhos produzidos neste campo procuravam diferenciar a sociedade marítima da sociedade rural ou continental.

A partir dos anos 70, foram produzidos vários trabalhos em várias regiões, de carácter antropológico e com uma dose etnográfica. Entretanto, Diegues (1999) diz que a tendência da construção de um campo específico como a antropologia marítima torna-se susceptível devido a quantidade e a diversidade dos trabalhos sobre comunidades pesqueiras.

Costa (2012) refere que em 1992, aparece o verbete antropologia marítima, no *Dictionnaire de l'Ethnologie et de, l'Antropologie*, publicado pela Presses Universitaire de France. O verbete definia a antropologia marítima como estudo de modo de vida específico do povo do mar, em contraste com o modo de vida das populações continentais, e as relações existentes entre estes dois mundos. Mas, como salienta a autora, alguns antropólogos preferem verbete antropologia das comunidades pesqueiras ou haliêuticas.

No presente estudo uso o conceito de antropologia das comunidades pesqueiras. Este conceito enquadra-se com o local onde fiz o estudo porque a principal actividade desta zona é a pesca. Portanto, a comunidade pesqueira difere-se da comunidade consteira na medida em que a primeira depende inteiramente da prática pesqueira para o seu sustento, enquanto a segunda caracteriza-se pelo facto de estar geograficamente situado na costa, mas com várias possibilidades de sustentar-se para além da prática pesqueira.

Os trabalhos produzidos sobre a comunidade pesqueira tiveram enfoques diferentes na medida em que se assistia a proliferação dos mesmos. Fernandez (1999) refere que muitos trabalhos de investigação clássica sobre a antropologia pesqueira incidiam sobre os segredos de estratégias produtivas entre os pescadores, a territorialidade, a adopção de tecnologias, o conhecimento de técnicas e sua transmissão, as formas de introdução do capitalismo na pesca.

Em antropologia, existem várias formas de abordar as comunidades pesqueiras. Os antropólogos que se interessam em investigar este campo de saber, cada um, desenvolve as suas abordagens em função da sua formação académico-teórica. A leitura feita sobre os trabalhos das comunidades pesqueiras, permitiu identificar três tendências principais.

A primeira tendência, designada antropologia simbólica, estuda os segredos de estratégias produtivas entre os pescadores, a territorialidade, o conhecimento de técnicas e sua transmissão. A segunda tendência é o enfoque de mudança social. Este, estuda as comunidades pesqueiras tendo como enfoque à tensão entre o modo de vida tradicional e as transformações vivenciadas por esses grupos. A terceira tendência, a mais recente, focaliza a sua atenção sobre as questões que tem a ver com o domínio de um grupo em detrimento a outro do acesso às técnicas de pesca e o mar, enfoque marxista.

De entre os estudos com uma inclinação da antropologia do simbólico, pode se citar os autores como Maldonado (1993), Lopes (1994) Fonseca (2005) e Costa (2012).

Maldonado (1993), são daqueles autores que nos seus estudos privilegiam as questões ligadas à representações simbólicas. A autora fez um estudo etnográfico na comunidade pesqueira de Ponta de Mato, no litoral da Paraíba. Desse estudo, procurou entender as

representações, práticas da ordem do espaço, da territorialidade e do espaço como entidades indivisos.

Por sua vez, Lopes (1994) mostrou no trabalho que desenvolveu em Inhambane no distrito de Inhassoro, que a prática de actividade pesqueira está ligada a um conjunto de crenças e práticas religiosas. Lopes (1994) traz a componente sociocultural nos estudos das comunidades pesqueira, numa altura em que a concentração por esse campo de saber estava mais virada com as questões de impacto ecológico da actividade pesqueira, da quantificação das espécies capturadas e do controle da reserva marinha.

Na mesma linha do estudo de Lopes (1994), Fonseca (2005) no estudo que desenvolveu no Brasil entre os pescadores do Nísia Floresta, argumentou que as análises das culturas populares de um determinado contexto, leva a percepção da vida social das pessoas que se encontram nesse contexto. Nesse estudo, a autora ocupou-se em recolher as narrativas ligadas ao processo da prática de actividade pesqueira, aspectos que enquadram-se profundamente nas discussões da antropologia do simbólico.

Costa (2012), apresenta um estudo etnográfico entre comunidades da Baía do Eguapé. Nesta comunidade, Costa (2012) faz um estudo sobre pesca artesanal através de sua variedade e complexidade de sistemas técnicos, sociais e simbólicos que integram a formação cultural e identitária.

Sobre a questão de identidade, segundo Costa (2012), as comunidades tradicionais de pesca da Baía do Iguapé são compostas por pessoas que vivem no mesmo local e possuem relações não só trabalhistas, mas fazem parte de uma rede familiar, ou redes unidas por laços de solidariedade.

O enfoque da antropologia simbólica no estudo das comunidades pesqueira olha para todas formas de representações simbólicas ligadas à prática de actividade pesqueira. Entretanto, como uma forma de complementar os estudos das comunidades pesqueiras, nasce uma outra linha com uma preocupação profunda do encontro entre o tradicional e o moderno, enfocando sobretudo as tensões que se registram como o resultado desse encontro.

Sobre a questão de mudança social nas comunidades pesqueiras, destacam-se os estudos de Kottak (2008), Mourão (1967) e Forman (1970).

Kottak (2008) fez estudo na comunidade de Arambepe no Estado de Bahia. Nesta comunidade, o autor fez uma pesquisa com uma perspectiva diacrónica no processo de mudança e afirmou que quando começou com a sua pesquisa a comunidade estava relativamente isolada e com um alto grau de homogeneidade marcada existência familiar nos trabalhos de pesca em toda a vida social.

O autor supracitado adianta que a segunda visita etnográfica que fez ao local notou grandes transformações. Segundo este autor, as transformações eram causadas pelas indústrias químicas que poluíam o ambiente costeiro, que tinha como consequência a criação de estratificações sociais por causa do aumento de capital e produção tecnológica.

Mourão (1967), com base na sua observação etnográfica em Canaveia, São Paulo, argumentou que as mudanças nas comunidades pesqueiras têm a ver com a emergência da nova racionalidade económica. O autor verificou igualmente a existência de conflitos entre a nova classe de pesca artesanal motorizada e a elite agricultor local. Nesse sentido, concluiu que o processo de adopção de métodos industriais na prática de pesca artesanal, os pescadores poderão, possivelmente, perder as suas tradições pesqueiras e camponesas, excepto aqueles que estão orientados para o mercado.

Na mesma linha da mudança social das comunidades pesqueiras, Forman (1970) conduziu uma pesquisa em Coqueiral no nordeste do Brasil. O seu objectivo era de descobrir as razões para a resistência dos pescadores às novas tecnologias e seu uso persistente de métodos de pesca tradicional.

Forman (1970), contestando a posição de muitos estudos que defendem que as comunidades pescadores-camponeses resistem a mudança devido as suas características conservadoras, argumentou que os obstáculos à mudança nas sociedades camponesas tradicionais são ecológicos e sócio-económico do que psicológico.

Uma das críticas que pesa sobre esta forma de abordagem está ligada na visão dualista que estes tipos de estudos sugerem. A abordagem de mudança social implica olhar sempre entre duas esferas antagónicas. No entanto, à esse respeito, Adomilli (2009) argumentou que pretendia superar as dualidades encontradas em boa parte da literatura, tais como a oposição entre pesca artesanal e pesca industrial.

Apesar de um contributo significativo que a linha de mudança social nas comunidades pesqueiras nos proporciona, sobretudo no que tange as explicações que oferecem no que concerne as razões que levam com que algumas comunidades resistem à mudança, corroboro com a observação feita por Adomilli (2009) na medida em que verifico que a ênfase no dualismo ofusca a percepção sobre a articulação entre essas duas entidades.

Sobre a questão de género na antropologia pesqueira, Motta-Mués (1999) questiona com veemência o facto dos estudos sobre comunidade pesqueira não ter em conta a participação da mulher na pesca. Alinhando-se no mesmo diapasão, Nieuwenhuys (2005) no estudo que conduziu entre os Keralas de Canada, propôs a necessidade de se olhar mulher e criança no processo da prática de actividade pesqueira, como personagens que participam nessa actividade, pese embora com menor densidade em relação aos homens.

Nieuwenhuys (2005) argumenta que a racionalidade da pesca artesanal e os vários problemas ambientais não podem ser completamente entendida ao menos que a mulher e as crianças sejam um objecto de debate.

Cavalcanti (2002), no estudo etnográfico que desenvolve no Brasil, entre Paraíba e Pernambuco, constata que homens e mulheres têm papeis bem delimitados na divisão sexual do trabalho dentro de uma comunidade. Assim, para este autor, essa visão concorre para a não percepção das mulheres enquanto agentes produtores e para o mito da invisibilidade feminina dentro do universo pesqueiro.

Por sua vez, Cuambe (2005), num estudo etnográfico que desenvolveu entre os pescadores da comunidade de Pangane, província de Cabo Delgado, referiu que “as relações de género entre os panganeses são desiguais e consequentemente as

oportunidades de uns e outros são diferentes” (Cuambe 2005: 54). Em última análise, Cuambe (2005) concebe este fenómeno como uma exploração das mulheres.

Motta-Mués (1999) Nieuwenhuys (2005) Cavalcanti (2002), Cuambe (2005), são de entre autores que, nos estudos sobre comunidades pesqueiras, usam abordagens marxistas, levantando questões sobre a visibilidade da mulher na pesca, a igualdade, onde a participação exclusiva do homem na pesca influencia na dependência económica da mulher.

Esta abordagem é importante porque levanta um conjunto de problemáticas referentes à exploração de um determinado grupo, mas não permite, no entanto, compreender como é que um indivíduo explorado ou dominado numa determinada órgão pode explorar e dominar na outra órgão na qual detém o poder.

As várias abordagens apresentadas servem para ilustrar o quão multifacetado é o estudo das comunidades pesqueiras. Por exemplo, Conceição (2006) adoptando uma abordagem marxista em uma perspectiva política, preferiu olhar as sociedades costeiras e a sua identidade como um grupo marginalizado no projecto da construção da nação moçambicana. O autor desenvolveu uma abordagem antropológica combinada com a perspectiva histórica, onde procurou ver a relação entre o poder e Estado e as populações costeiras muçulmanas, concluindo, contudo, a marginalização das sociedades costeiras teve influência das políticas coloniais.

Reconhecendo a potencialidade analítica de cada enfoque e as limitações que os acompanha, proponho, no presente estudo, explorar a articulação entre a prática de actividade pesqueira e as políticas formuladas para regular a actividade.

No campo da antropologia pesqueira sobre o estudo da relação entre a prática de actividade pesqueira com as políticas que regulam a actividade pesqueira, identifiquei o estudo de Silva (2012) e Silveira (2011). Ambos estudos mostram que os pescadores respondem estrategicamente à instauração das políticas de gestão e regulamentação da actividade pesqueira.

Como uma forma de pensar a instauração de políticas reguladoras no processo da prática de actividade pesqueira, Silva (2012) desenvolve um estudo etnográfico no município São João. Silva (2012), centrando a sua atenção face a existência de uma área de preservação ambiental e a implementação do projecto de petróleo onde as áreas ficavam proibidas de serem utilizadas pelos pescadores artesanais, mostrou que os pescadores rejeitaram às regras e das implementações da criação de uma reserva extrativa marinha.

No mesmo diapasão, pesca artesanal e políticas públicas viradas ao controle de actividades pesqueiras, Silveira (2011) desenvolveu o estudo na vila de pesca de Sesimbra em Portugal, próxima a capital de Lisboa. O objectivo de Silveira (2011) foi de “estudar a pesca artesanal da região, propondo a participação dos pescadores nas discussões das políticas de pesca, bem como a intervenção desses actores através de seu conhecimento ecológico local” (Silveira 2011: 383).

O autor acima referenciado apontou a existência de conflitos vivenciados naquela comunidade pesqueira ante a criação do parque Marinho Luiz Saldanha e a perspectiva dos pescadores frente às actuais políticas de pesca instauradas. Com base nesse seu trabalho empírico, o autor concluiu que as comunidades pesqueiras de Portugal têm dificuldades de adaptação a novas tecnologias de pesca, que não os tradicionais.

Os dois últimos estudos acima apresentados, Silva (2012) e Silveira (2011), estudos antropológicos das comunidades pesqueiras e a relação com as políticas de gestão de recursos marinhos, situam-se na abordagem que sustenta a ideia segundo a qual os pescadores criam respostas às políticas de controlo pesqueiro e procuram se afirmar no seio dos seus grupos. Mas, como se pode constatar, as respostas criadas por esses pescadores, como evidencia esses estudos, tem sido conflituosas.

O presente estudo encontra um campo profícuo devido ao crescimento que pretende dar a essa abordagem. Os dados recolhidos no terreno indicam que ao invés de se pensar apenas as respostas conflituosas por causa das medidas reguladoras implantadas no processo da prática de pesca artesanal (Silva 2012; Silveira 2011), é importante que se pense também na articulação que se verifica entre esses dois grupos. Uma articulação de

interação e diálogo permanente, onde cada entidade consegue continuar com as suas práticas na lógica da outra.

No presente estudo uso a análise situacional ou estudo de caso detalhado. Esta abordagem foi desenvolvida por Gluckman (1987) e tendo sido usado também por Valsen (1987).

Valsen (1987) ao se apropriar deste conceito afirmou que análise situacional consiste em um relato coordenado das acções de indivíduos específicos em que o registo de situações e eventos inter-relacionados tornam-se constitutivos da análise.

Valsen (1987) entende que normas e regras gerais de conduta são traduzidas em prática e são manipuladas por indivíduos em situações específicas para servirem a fins específicos. O autor entende ainda ser necessário que se realize um estudo das acções “normais” e excepcionais dos indivíduos que operam a estrutura e os processos que ocorrem no interior da estrutura.

Servi-me dessa abordagem teórica na medida que no presente estudo faço uma análise da relação entre a prática pesqueira e as medidas que regulam esta prática, relatando as acções dos pescadores face a instauração das medidas que regulam a prática pesqueira, sobretudo a forma que os pescadores manipulam as práticas reguladas e constroem as suas próprias acções em função dos seus benefícios.

Diante dessa linha de pensamento coloco a seguinte questão: Qual é a relação entre os pescadores e as autoridades de gestão pesqueira no âmbito da prática de pesca com a rede de arrasto?

1.2. Conceitos

1.2.1. Comunidades pesqueiras

Como uma forma de definir e caracterizar o conceito de comunidades pesqueiras, Diegues (2005), aponta que a sociologia e antropologia, identificaram dois tipos ideais. O primeiro caracteriza-se como comunidades de pescadores-camponeses que de acordo com o calendário, ambas têm base terrestre e com agricultura como forma de subsistência, explorando recursos pesqueiros dentro de um estuário ou lago.

O que não conformou Diegues (2005) foi a acoplação feita entre comunidades pesqueiras e agrícolas. Para este autor, essas comunidades são diferentes e cada uma conserva uma componente que a diferencia da outra. Como forma de se distanciar do primeiro tipo, Diegues (2005) afirma que:

We emphasize a second type of community, which are referred to here as “maritime communities” in which economic, social, and symbolic practices are linked to the open sea, far from the seashore, and which acquire their livelihood from deep-sea resources. Fishing in these habitats is performed by fishermen engaged in traditional fishing as well as those engaged in capitalist enterprise. Maritime sociology and anthropology deal mainly with these communities² (Diegues 2005: 38).

Costa (2012), por sua vez, caracteriza as comunidades pesqueiras na sua dimensão mais simbólica. A autora entende que, sendo a comunidade pesqueira aquela em que os seus membros partilham as questões ligadas à instabilidade do meio ambiente físico, fenómenos climáticos e atmosféricos, à intervenção humana no ambiente marinho, os estudos etnográficos sobre estas comunidades deviam, contudo, explorar esses fenómenos.

A comunidade da ilha de Quelele mantém uma estreita relação com o mar. É a partir desta indústria natural que o ilhéu de Quelelene tira o seu sustento e conseqüentemente

² Enfatizamos o segundo tipo de comunidade que é aqui referido como comunidade marítima, que nas suas práticas, económica, social e simbólica, estão ligados com o mar, longe da costa, e exploram recursos no fundo do mar para o seu sustento. A pesca neste habitat é realizada por pescadores envolvidos na pesca do tipo tradicional, como também aqueles envolvidos na empresa capitalista. A sociologia e antropologia marítima lida particularmente com essas comunidades.

o da sua família. Nesse sentido, as características descritas por Diegues (2005) e Costa (2012) sobre as comunidades pesqueiras, enquadram-se com a comunidade de Quelelene.

2.1.2. Pesca artesanal

De acordo com Degnbol et al., (2002); citado por Ngale (2012),

A pesca artesanal é aquela realizada com ou sem barco e encontra-se confinada às regiões costeiras próximas, nos lagos e rios e é caracterizada por uma grande diversidade de artes e utensílios de pesca, incluindo o arrasto manual, redes de emalhar, linha de mão, armadilhas e arpão. As capturas são, de uma forma geral, para consumo e para a comercialização no mercado local e constituem a maior parcela de desembarques totais. (Degnbol et al, 2002; citado por Ngale 2012: 3).

A pesca artesanal é “actividade que utiliza-se mão-de-obra familiar ou não assalariada, explorando o ambiente ecológico localizados próximo à costa, pois a embarcação e aparelhagens utilizadas para tal possuem pouca autonomia” (Chauzet; Ramires; e Barrella 2005: 1).

No relatório de avaliação do IDPPE (1993), é definida a pesca artesanal como a prática pesqueira que caracteriza-se na exploração dos recursos marinhos nas águas costeiras, através de fainas de pesca de curta duração, onde as artes de pesca são principalmente linhas de mão, redes de emalhar e de arrasto para a praia.

Embora haja várias propostas sobre a definição da pesca artesanal, não se perde de vista de que a linha orientadora desta definição é de que é aquela actividade pesqueira de uma pequena dimensão. Sendo assim, de entre as várias artes de pesca, no presente estudo, analiso a pesca com a rede de arrasto para a praia.

2. Recolha de Dados

Nesta secção, proponho-me explicar todos os passos trilhados no âmbito da produção do presente estudo, desde a chegada no terreno, a inserção e os métodos que usei na recolha de dados.

2.1. Sobre o trabalho de campo

O trabalho de campo que culminou com a elaboração do presente estudo foi efectuado na ilha de Quelelene. O primeiro contacto com o local de estudo deu-se no dia 10 de Fevereiro de 2013. Nesta data, passei por esta ilha e foi através desta passagem que brotou em mim a ideia de fazer um estudo sobre a pesca artesanal, o facto que viria a ser concretizado um ano depois

Cheguei no município de Angoche em Janeiro de 2014. Pouco dias depois, concretamente no dia 21 de Janeiro de 2014 parti para a ilha de Quelelene numa embarcação que faz trajecto Quelelene-Angoche. O mar estava calmo e a viagem durou aproximadamente três horas do tempo. Chegado em Quelelene, fui acolhido por uma família que já havia sido avisado com antecedência sobre a minha chegada. Sem demora, fui apresentar-me junto as estruturas locais, concretamente ao secretário da comunidade. Começava assim o meu trabalho de campo.

Quando cheguei em Quelelene, embora falava a mesma língua que eles, sentia no olhar distante das pessoas um estranhamento e clima de desconfiança estampados no rosto delas. A maleabilidade com que eu consegui inserir-me na comunidade de Quelelene, as palavras que eu expressava na língua Ekoti³, a mesma que eles falavam, abriu a possibilidade de ter acesso à tudo quanto eu precisava para recheiar o meu trabalho.

Depois de apresentar-me como estudante em busca de informação para o meu trabalho final, despertei confiança nos pescadores, pois esperavam que eu lhes ensinasse novas e desenvolvidas técnicas de pesca. Dado a esse pensamento dos pescadores em relação ao

³ Língua falada mais falada no distrito de Angoche

trabalho que eu iria desenvolver, me fui obrigado de imediato a falar com todos detalhes possível o tipo de informação que eu desejava, quem era eu e o que estava lá a fazer.

Diante desta situação, recorri aos ensinamentos de Leach (1982) que afirma que “antropólogo” observador deve se posicionar na condição de um aluno em relação aos seus informantes, que, entretanto, esses últimos seriam professores. Foi recordando essa passagem que consegui dizer aos pescadores que não trazia algo para ensinar, mas muito pelo contrário, esperava aprender deles toda e qualquer prática da actividade pesqueira, seu significado e outras informações adicionais relacionadas à comunidade.

O secretário da comunidade e pescador Aly Momade, acrescentou as seguintes palavras:

Esses não costumam a trazer nada, apenas vem aprender conosco. Se fosse especialistas ou extensionistas da IDPPE ou IIP ai sim, poderiam ajudar na divulgação de novas práticas (Aly Momade, pescador e secretário de Quelelene, 46 anos).

O senhor acima mencionado era participante chave e fez a questão de levar e apresentar-me os outros pescadores, mobilizando-os para comigo conversar de uma forma muito mais aberta.

No lugar de encontro havia um grupo de pescadores que também acompanhavam todo o desenrolar da conversa. Eu disse aos pescadores que nunca tinha pescado antes mas que gostava imenso seguir uma das tripulações para poder ver de perto e sentir na alma a prática pesqueira. O homem que estava ao meu lado, com um aspecto calmo, levantou a voz e convidou-me para á pesca. Eu aceitei e ficou de vir buscar-me de madrugada no lugar onde eu estava hospedado.

Quando o sol ia deitar-se, encerramos a sessão da nossa conversa e segui o caminho de casa. De madrugada, ouvi uma voz no fundo a gritar meu nome. Era o homem que prometeu levar-me à pesca. Acordei e chamei os meus anfitriões. Abriram porta e o homem disse que vinha me buscar para juntos irmos à pesca. Consultei hora e o ponteiro de relógio indicava três e meia de madrugada. Partimos para à pesca.

Na pesca éramos 12 pessoas que ocupavam os bancos da embarcação e cada qual com seu remo, pois a embarcação andava à remo. Pedi que me tratassem como um pescador normal, pois a minha ideia era de me tornar um de entre eles.

Geertz, (1973) quando chegou na sociedade balinesa com a sua esposa, relata que os primeiros momentos eram vistos como pessoas transparentes. O cenário veio a mudar quando ele e a sua esposa decidem ir assistir a luta de galo, uma prática expressamente proibida na região pelas autoridades policiais, onde foram flagrados e fugiram junto com os outros balineses que encontravam-se no local.

O fugir com a população balinesa, como afirma Geertz (1973), embora não tenha sido algo propositado, possibilitou que passasse a ser visto como gente pelos balineses.

A semelhança do que aconteceu com Geertz (1973), quero acreditar que foi fundamentalmente a partir da minha participação de uma ronda pesqueira, que os ilhéus ficaram muito mais abertos para comigo visto que eu havia feito o que eles têm feito.

Na comunidade, pessoas que antes não falavam comigo, ganharam coragem e me perguntavam. *Verdade que foste pescar?* Alguns até zoavam com a minha cara porque depois da pesca, de tanto me esfalfar acabei dizendo que não voltava mais. Para eles eu era fraco e muito acostumado com a vida mole na cidade.

Apesar dessa minha inserção prodigiosa que constituiu uma confiança mútua para com a comunidade de Quelelene, quero salientar que, como qualquer outro trabalho de campo, enfrentei constrangimentos enormes que considero crucial a sua partilha. Os constrangimentos por mim enfrentados são de dois caracteres.

O primeiro constrangimento é de carácter idiossincrático, isto é, aquilo que representava os meus sentimentos como pessoa, fora do seu convívio habitual. O Segundo constrangimento se deu no processo da recolha de dado, que, entretanto, no decurso do meu trabalho alguns informantes exigiam que lhes desse dinheiro em troca da informação que me forneciam. Os meus informantes acreditavam que eu iria enriquecer com as informações que deles retirava e por isso exigiam que lhes recompensasse pelo

tempo que comigo gastavam. Não me esqueço da entrevista que eu havia marcado com antecedência com um pescador (mestre) que, chegado lá, me disse que tinha que pagar e só assim me explicaria o que eu queria saber.

Para ultrapassar estes impasses, requereu de mim, um grande tacto e paciência no decurso da pesquisa. No total, o trabalho de campo durou um mês, com algumas pausas nos finais de semana, período em que saía da ilha para o município de Angoche, como uma estratégia adoptado, para além dos mencionados, para recarregar as energias físicas e psicológicas.

Em fim, todo esse relato de terreno apresentado aqui, constitui-se como um mecanismo fundamental no processo da inserção do pesquisador. Esses mecanismos ditam e condicionam todo empreendimento do pesquisador no decorrer do seu trabalho de campo.

2.2. Técnica de recolha de dados

O trabalho pautou nas técnicas tradicionais da investigação antropológica, a saber: observação directa e participante das comunidades pesqueira por meio de um convívio diário ao longo de um mês e entrevistas semi-estruturadas direccionadas aos pescadores da área de estudo.

Importa referir que o termo observação participante usado nesse trabalho é aquele interpretado por Goldman (2006) que, segundo este autor, quando Malinowski proclamou este método dentro da disciplina, não quis apenas dizer que de vez em quando, o pesquisador deve deixar de lado a máquina fotográfica, o lápis e o caderno para participar do que está acontecer como é muitas vezes pensado. Na verdade, como avança Goldman (2006), o que Malinowski operou na antropologia foi um movimento em tudo semelhante ao do Freud na psiquiatria: em lugar de interrogar histéricas ou nativos, deixa-los falar à vontade.

Em Quelelene, durante o meu trabalho de campo, procurei seguir fielmente essa abordagem metodológica. Deixar os pescadores à vontade sobre o que eles entendem e

interpretam sobre a prática de actividade pesqueira e a relação que estabelecem com as políticas de gestão de recursos marinhos.

A partir das actividades diárias da qual também procurava fazer parte, os ilhéus da comunidade da ilha de Quelelene falavam o que vinha nas suas almas sem que eu perguntasse alguma coisa. A participação nessas actividades, em particular a pesca, constituiu um factor de extrema importância na observação, uma vez que fazendo parte destas actividades, possibilitava muito mais no acesso as informações.

As entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas especificamente para confrontar ou complementar os comportamentos observados a fim de comprovar se o que as pessoas faziam era o mesmo que diziam que costumam a fazer.

As entrevistas com os pescadores eram sempre marcadas no período de tarde justamente porque era o momento em que eles ficavam livre depois de uma actividade laboral que começa de madrugada até ao meio dia. As entrevistas eram dirigidas na língua Ekotti e geralmente tomavam lugar nas residências dos pescadores.

Durante o trabalho de campo, entrevistei doze pessoas, sendo cinco pescadores, dois comerciantes de produtos da primeira necessidade, um carpinteiro naval, um funcionário da IDPPE/IIP que desenvolvia as suas actividades de extensionista na ilha de Quelelene, um membro da CCP, secretário da comunidade de Quelelene e delegado da IIP de Angoche.

Os participantes do estudo residem em Quelelene e têm a pesca como principal sustento, excepto delegado de IIP e extensionista de IIP/IDPP que residem no município de Angoche.

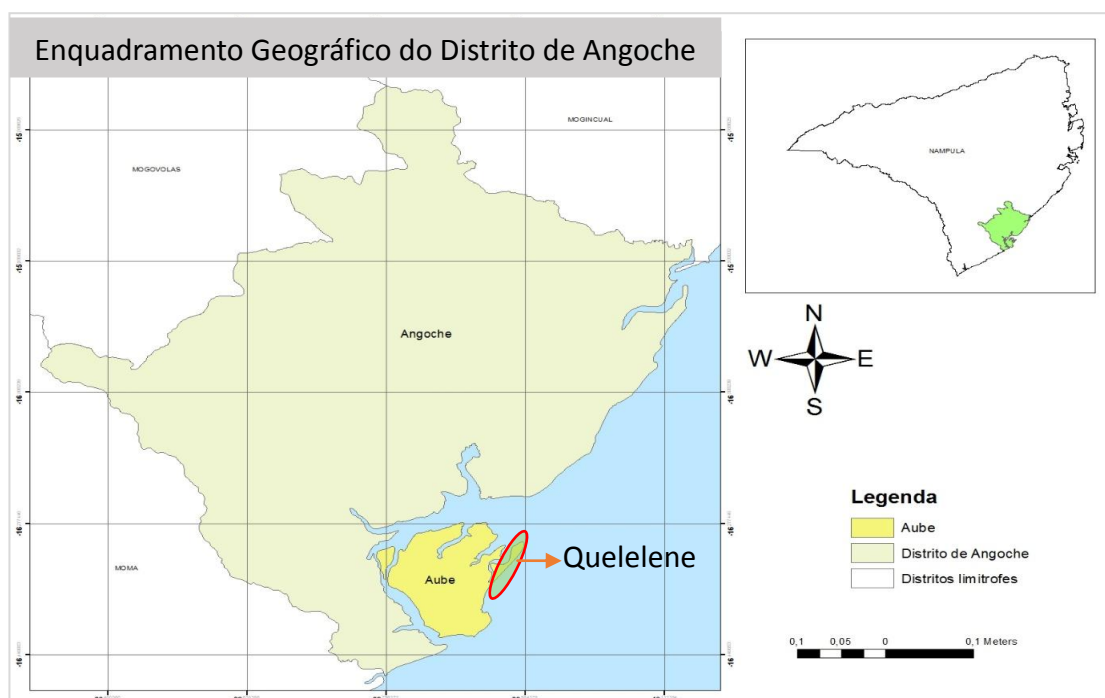
3. O município de Angoche e as comunidades pesqueiras de Quelelene

3.1. Localização geográfica

De acordo com o perfil do distrito de Angoche elaborado pelo ministério de administração estatal (2012), o distrito está localizada na zona costeira a sul da província de Nampula entre os paralelos 15 e 52, 9 e 16° e 21, 8' na latitude sul e entre os meridianos 39° e 54, 2 e 39° e 45'2 de longitude. O distrito está confinado a Norte com o distrito de Mogingual, a Sul com o distrito de Moma, a este com o distrito de Mogovolas.

Sobre o número da população, o documento acima referenciado indica que a superfície do distrito é de 3.311 km² e a sua população está estimada em 311 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 6 habitantes km², prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir as 349 mil habitantes.

Em termos administrativos, o distrito de Angoche está dividido em postos administrativos, localidades e comunidades. Os postos administrativos do distrito de Angoche são: Posto administrativo de Angoche, Aúbe, Namaponda e Boila-namitoria.



Mapa elaborado por Lurdes Raja, estudante de Geografia

A comunidade da ilha de Quelelene, o contexto onde efectuei o presente estudo, faz parte da área de jurisdição da localidade de Catamoio, por sua vez, Catamoio é uma localidade do posto administrativo de Aúbe e este último, como fiz menção acima, do distrito de Angoche.

A comunidade da ilha de Quelelene está dividida em 5 zonas principais, a saber: Munhanhala, Macuphe, Cocorea, Mpahea e Omiranko. De entre essas zonas, Mpahea é considerada o centro de Quelelene e é onde se localiza o principal mercado. Nesse mercado há várias barracas de vendas de produtos de primeira necessidade, como arroz, açúcar, sabão, óleo da cozinha, farinha (milho e mandioca) e de entre outros produtos. É também o local onde se regista maior concentração das pessoas e tem um alpendre onde geralmente os pescadores se reúnem para discutir assuntos inerentes à pesca.

As principais características físicas das habitações, particularmente material usado na sua construção, distribui-se em duas categorias: palhotas e casas improvisadas. A comunidade tem 3 casas convencionais, uma escola com 4 salas de aula, um hospital, 8 furos de água das quais 7 em funcionamento, um tribunal comunitário, 6 mesquitas e 2 igrejas.

A esmagadora maioria das pessoas da comunidade de Quelelene professa a religião islã. Dos poucos que são cristãos distribuem-se em duas igrejas estabelecidas naquela comunidade que são: a igreja Católica e *Tariki ya Haki*, vulgo *lowa lowa*.

Ao longo da minha estadia em Quelelene, constatei que a principal actividade deles é a pesca. De acordo com o recenseamento nacional de pesca artesanal da IDPPE (2012), a comunidade da ilha de Quelelene tem 93 pescadores com redes de emalhar, 1202 pescadores com rede de arrasto e 114 embarcações para a pesca. A principal praia que se faz pesca com a rede de arrasto tem uma extensão de aproximadamente 9 km. Dessa extensão encontram-se três centros de pesca, nomeadamente: Nathube 1, Munhanhala e centro de Quelelene.



Vista panorâmica do distrito de angoché, comunidade de Quelelene e praia da comunidade de Quelelene.
Fonte: Imagens captadas por via satélite a partir do Google Earth, organizadas e interpretadas por mim.

3.2. Nativos, forasteiros e a pesca

Qualquer um independentemente do seu lugar de origem que chegue na ilha com a missão de pescar, ou melhor, de ser pescador, é recebido pelos nativos e integrado numa das tripulações sem nenhuma discriminação possível. Os quelelenenses já estão acostumados em receber pessoas que vem do interior do distrito de Angoche para pescar naquela ilha.

No que tange as redes de arrastos, importa salientar que nem todas as redes que exercem as actividades de pesca ao longo da praia de Quelelene e seus centros de pescas são mesmo da ilha de Quelelene. Alguns barcos (canoa tipo Moma) com as suas respectivas redes, saem das ilhas que faz fronteira com ilha de Quelelene como Buzu, Metubane, Yaruba e Maziwane.

No interior da comunidade existe uma miscelânea que é o resultado indubitavelmente da intensificação cada vez mais da prática pesqueira. Em Quelelene, a língua mais falada é

Ekoti, mas devido a entrada e fixação de indivíduos que vem do interior onde fala-se a língua Emakua, torna difícil andar em Quelelene e não ouvir a língua Emakua.

No período de muita captura, a ilha recebe muitas pessoas que saem das suas zonas de origem, concretamente no interior do distrito de Angoche, a procura de melhores condições de vida. Algumas pessoas aparecem apenas nesses períodos de fartura, outras movem-se junto com a sua família e passam a ser residentes fixos da ilha.

Vim a procura de melhores condições de vida. Tinha alguns amigos que viviam e pescavam em Quelelene. Quando eles vieram fazer visita na nossa terra, eles falaram-me de pesca e decidi segui-los para também exercer a mesma actividade. O amigo que lhe segui tinha uma casinha na ilha, já tinha-se estabelecido e era muito conhecido. Quando chegamos na ilha, ele acolheu-me em sua casa e no dia seguinte levou-me para pesca. No primeiro dia foi difícil, mas depois passei a ver como um trabalho normal. Assim, prefiro pescar a praticar a agricultura porque o vencimento da pesca é imediato, enquanto agricultura tem que plantar e esperar muito tempo para colher (entrevista com Dionísio Fernando, pescador migrante, 22 anos).

A questão de migração como um meio da procura de melhores condições de vida já me foi revelada por muitos pescadores migrantes. Como se pode constatar no depoimento acima, umas das razões da preferência por parte dos pescadores a prática de actividade pesqueira em detrimento à agricultura está ligada estritamente ao resultado do trabalho. Na pesca, o salário é sempre imediato, é só participando numa ronda pesqueira, dependendo do seu resultado que já tem um dinheiro e uma fileira de peixe quando volta-se a casa. Na agricultura, isso não se procede do mesmo jeito.

Os conflitos sobre o espaço de pesca, sobretudo no que se refere aos direitos de pescar, acontecem quando a pesca industrial entra em cena.. Entretanto, foi por reconhecimento desses conflitos constantes que o governo procurou traçar políticas que mitigassem esses conflitos, dividindo espaços entre os pescadores industriais e não industriais.

Em conversa com senhor Aly momade a respeito de conflitos entre pesca industrial e pequena escala, revelou-me o seguinte:

Pescadores artesanais têm um espaço de três milhas da terra firme para o mar, enquanto os pescadores industriais tem que pescar a partir de quatro milhas para alto-mar, a fim de evitar qualquer sobreposição. Mas mesmo assim, os pescadores industriais voltam para o espaço de pescadores artesanais, invadem o seu espaço e quando isso acontece o industrial rasga as redes dos pescadores artesanais devido a sobreposição, criando assim conflitos (entrevista Aly Momade, pescador e secretário de Quelelene, 46 anos).

Sobre possível resolução desses conflitos que envolvem os pescadores industriais e artesanais, procurei conversar com Jaime Raja, pescador e membro de Conselho Comunitário de Pesca (CCP). Quando lhe perguntei como tem resolvido esses conflitos, ele disse:

Quando a pesca industrial chega na área da pesca artesanal e rasga as suas redes, estes são responsabilizados pelo grupo de CCP, que somos nós. A CCP vai até ao encontro dos pescadores industrial, fala com o mestre deles e obriga-os a pagar os danos por eles causados, fazendo uma denúncia para a Direcção Provincial das Pescas (DPP) (entrevista com Jaime Raja, membro da CCP, 49 anos).

A questão sobre quem pesca em Quelelene gira em torno dos nativos, os que se consideram donos do espaço, os adventícios e os pescadores industriais, que ficam no alto-mar, com um limite muito bem estipulado para o exercício das suas actividades. Mas, como se pode constatar, os ilhéus aceitam o exercício das actividades pesqueiras as pessoas provenientes de outros sítios, assim como os barcos com seus respectivos redes.

O mesmo não acontece com a pesca industrial. Há conflitos porque os quelelenenses entendem que pescadores industriais estão constantemente violando as regras quando praticam actividades pesqueiras no espaço reservado para a pesca de pequena escala, resultando com isso o estrago das redes de arrasto por parte dos industriais devido a sobreposições.

3.3. Pesca artesanal com rede de arrasto

Geralmente, os pescadores de Quelelene partem para à pesca de manhã e, algumas vezes, dependendo do tempo, de madrugada. Quando é de madrugada, existe um ou dois pescadores que passa casa a casa a fim de acordar os seus colegas. Acordados todos, reúnem-se e dirigem-se à praia. Depois de todos estarem completos, empurram a embarcação para o mar.

No mar, o sítio mais perigoso para os pescadores nas épocas de um bom tempo para a prática de actividade pesqueira é na margem. Nessa área, todos pescadores entregam a sorte porque temem que a embarcação afunde. Esse medo que os pescadores têm não é necessariamente da perda de vida como resultado do acidente, mas sim por trabalho que supostamente terão depois no acto de colocar a rede na embarcação e o tempo que perderão na sua organização.

Omar, um pescador dedicado e bem informado em matéria de pesca, informou-me que:

Não tememos a morte porque acreditamos que é na margem e não é fundo. Apenas as ondas é que são agitadas demais. O mesmo acontece na volta depois de lançarmos a rede, mas com pouco impacto para nós porque voltamos do alto mar vazio, sem rede no barco. Por isso, não vamos perder tempo a recolher a rede para o barco, uma vez que quando molha fica extremamente pesada (entrevista com Omar Djuié, pescador e residente de Quelelene, 28 anos).

Depois de ultrapassar estas grandes ondas que ficam na margem da praia, os pescadores procuram, sob orientação do mestre (Nahota)⁴, o lugar apropriado para deixar o pescador com o cabo e prosseguir com o lançamento de uma extremidade da rede. Localmente, o pescador que fica com esse cabo enquanto os outros vão lançar a rede no alto mar é chamado por *Nakissiko*⁵.

⁴ Designação local da pessoa que enfrenta as actividades pesqueiras com a função de controlar o barco, zelar pela integridade de todos pescadores. É a pessoa que conhece os tipos de ventos e identifica os cardumes, onde depois orienta para o lançamento da rede.

⁵ Designação local da pessoa que fica com a parte do cabo na terra firme enquanto os outros vão de barco no alto-mar para lançar a rede.

Nakissiko, pescador que fica com o cabo enquanto seus colegas vão lançar a rede no alto mar, é de entre todas as funções dos pescadores, a mais detestável. Detestável porque este, depois de a embarcação passar na margem onde ficam concentradas grandes ondas em direcção ao alto mar, é obrigado a deixar e mergulhar com um cabo, onde nada sozinho até a superfície terrestre enquanto os seus colegas vão lançar a rede no alto mar.

No alto mar, os pescadores lançam a rede com a supervisão do mestre. Comummente, a rede é lançada de uma forma de arco íris. Esta estratégia serve para facilitar a retirada da rede no mar e também na captura de mais cardumes.

Lançada a rede, os pescadores dirigem-se em direcção à terra firme a remar, onde depois vão começar a puxar a rede. Chegado à superfície, os pescadores ocupam-se primeiro em empurrar a embarcação, tirando do mar para o sítio mais elevado da praia de modo que a fúria das águas não leve.

Em seguida os pescadores dividem-se. Uns vão puxar o cabo do *Kissiko* que fica com *Nakissiko*, isto é, a primeira extremidade da rede à ser lançada, e os outros ficam a puxar o cabo que fica junto com a embarcação e que trouxe à superfície da terra, chamada localmente por *Omwaatiya*.

Omwaatiya porque o nome local de canoa é *Mwaatiya*, como esta é o cabo que fica dentro da embarcação no processo de lançamento da rede e que é trazida por esta até à superfície, eis a razão de tal designação.

A embarcação, que tem sido geralmente a canoa de tipo *Moma*, é composta por uma tripulação de 12 à 15 elementos e a distribuição para um e outro lado é equitativa. Em caso de o número ser ímpar, o mestre desempenha a função de enrolar os cabos que se vão deixando ao longo da praia no momento que vão arrastando a rede, organizando e guardando na embarcação.

A pesca de arrasto é composta geralmente por duas pontas. Cada ponta tem um cabo que mede cerca de 800 metros que serve para os pescadores puxar a mesma quando estiver no mar. A primeira ponta é *Kissiko*, cujo funcionamento explicamos acima e, a

segunda é *Omwaatya*. Assim, a rede é puxada pelos pescadores através dessas duas pontas. Uns ocupando *Kissiko*, outros puxando a parte de *Omwaatya*.

Os pescadores levam duas horas a puxar a rede do alto mar para a parte superficial da terra. Nesse momento, todos os pescador imprimem o esforço de modo que a rede saia logo de dentro da água. Existe uma supervisão geral a nível dos pescadores em termos de controlar quem esta verdadeiramente a puxar. Os pescadores estão constantemente em comunicação entre eles através de linguagem local ou mesmo jeitos que podem ser traduzidas em – *força ai*.

Quando a rede estiver perto da praia, o mestre deixa de puxar ou então de enrolar os cabos e mergulha no mar e vai nadando em direcção a rede, onde posiciona-se atrás da rede que geralmente fica na parte da rede chamada *yupa*⁶. Quando chega esta parte, onde também fica localizada a bóia que serve para sinalizar a rede, como explicou-me senhor Momade Aly, que dedicou quase a sua vida toda nessa tarefa,

O mestre exerce a função de controlar e organizar a rede para permitir a boa pesca. Tem também a função de pegar a parte de baixo da rede que fica revestida de pedras para permitir a penetração ou a concentração da rede debaixo da água de modo que o cardume que estiver na *Yupa* não escape (entrevista com Aly Momade, pescador e secretário de Quelelene, 46 anos).

O mestre quando chega lá, toma facilmente o conhecimento da quantidade de cardume que a rede carrega. Rapidamente, ele comunica os seus colegas pescadores através de gestos que a rede esta sobrecarregada de cardume. Dado sinal, os pescadores ficam mais motivados e puxam a rede com todas as suas forças para que logo saia da água.

A saída repentina de cardume na rede, como tem acontecido de vez em quando, o mestre é responsabilizado. Nessas circunstâncias, ele pode não indemnizar os seus colegas pescadores, mas isso pode-lhe custar a substituição por um outro melhor e que entende perfeitamente desses trabalhos.

⁶ *Yupa* é um nome local dado a parte que fica no meio da rede com formato de saco (bolsa), que serve para a entrada de peixe de grande quantidade. Essa é a parte mais fina da rede e é considerada nociva pelas autoridades pesqueiras.

Quando a rede chega à superfície, aparecem compradores dispostos para comprar o peixe. Os pescadores, por sua vez, vendem o peixe a essas pessoas, que geralmente vem do município de Angoche.

No acto de comercialização do pescado, o *Nahota* leva dianteira do negócio, mas todo o pescador que faz parte dessa tripulação tem direito de dizer alguma coisa, ou seja, intervir no negócio. O *Nahota* não pode, em nenhum momento, decidir o preço do pescado sem o consentimento dos seus colegas. Cada pescador tem o direito de negar ou aceitar o preço da venda do pescado. Aconteci, não raras vezes, o mestre a negociar o pescado junto com os comerciantes, ouvir-se a voz de um pescador doutro lado, a negar o preço que os comerciantes propõem pagar para o pescado e a estipulando o seu de uma forma determinante. Entre pescadores, toda a linguagem é plural. Não existe pescador que fala por si. A linguagem é sempre nós. Por exemplo, *nós não aceitamos, nós não queremos*.

Durante o processo de negociação do pescado, todos os pescadores ficam concentrados no resultado da negociação. Nesse momento, a rede fica espalhada ao longo da margem. Depois de negociarem o pescado, os pescadores decidem em unanimidade, em função do resultado da primeira volta, se querem ou não lançar a rede de novo.

Em Queeletele, a rede é lançada uma ou duas vezes por dia. Esses lançamentos, localmente são chamados de *Puwa*⁷. *Puwa mote*, quando a rede é lançada apenas uma vez, *Puwa piri*, quando a rede é lançada duas vezes.

Toda a prática da actividade pesqueira, a parte mais difícil, segundo os pescadores, começando por neófitos até aos mais experientes, é o carregamento da rede. Como eu disse acima, enquanto decorre a negociação do pescado, a rede fica espalhada ao longo da praia e, como o barco fica um pouco distante do lugar onde se concentra a rede depois da sua retirada das águas do mar para a terra firme, distando aproximadamente cerca de 15 metros, os pescadores tem a obrigação de carregar a rede para deixar perto

⁷ Refere-se as rondas pesqueiras. *Puwa mote* – uma ronda. *Puwa piri* – duas rondas. Assim por diante.

da embarcação. Esse trabalho é considerado extremamente difícil e chega até de ser penalizado um pescador que não aceitar carregar.

Durante o trabalho de campo não vi alguém a ser penalizado por recusar carregar a rede, mas já presenciei, vi e ouvi alguns pescadores a ameaçar os seus colegas de não receber a parte do seu dinheiro caso não carregar a rede. Porém, as afirmações como: *se você não carregar a rede, você não participou na pesca* – são constantes na comunidade da ilha de Quelelene. A rede, quando molhada, fica extremamente pesada, porém, não se afigura uma tarefa fácil carrega-la. A rede de arrasto tem aproximadamente 300 metros de comprimento e cerca de 3 a 6 metros de largura. Existem as mais compridas que chegam de ter cerca de 500 metros, mas é raro encontrar desse tamanho em Quelelene.

No acto de carregar, um pescador desempenha a função de enrolar uma quantidade de rede considerável, colocando sobre as costas do outro pescador. O processo é feito para todos os pescadores, onde estes depois caminham em conjunto para deixar a rede a uma distância de 15 metros, um sítio onde eles tenham certeza que a água do mar não chega.

Depois de todas as tarefas que envolvem a pesca for integralmente cumpridas por todos trabalhadores, ultimando com desenrolamento da rede para apanhar o sol, os pescadores seguem com o momento mais esperado – divisão do rendimento da pesca. Geralmente, os pescadores começam primeiro com a divisão de peixe e depois segue-se com a divisão do dinheiro adquirido através da venda do pescado.

Na divisão, todos os pescadores, independentemente da sua faixa etária, tem direito de receber igualmente com os demais. Nessa fase, quem fica beneficiado é o proprietário da rede (patrão), que tem que receber um dinheiro e peixe da primeira qualidade que o *Nahota* selecciona em caso de o patrão não estiver presente. Alguns proprietários chegam até de seguir a rede. Quando é assim, é o próprio patrão que faz a selecção de peixe da primeira qualidade para o seu consumo junto com os seus familiares.

Após esse processo da divisão do resultado da pesca, os pescadores seguem para suas casas e deixam a embarcação e a rede na praia, mas com a missão de voltar de tarde para por a rede na embarcação. Essa prática, que consiste em deixar a rede de arrasto na

praia, é uma técnica largamente usada a nível local e é justificada pelos ilhéus com a informação segundo a qual, após a prática pesqueira a rede tem que ser deixada no ar livre para secar. Não se pode colocar no barco enquanto estiver molhada.

O propósito da apresentação da descrição acima no presente trabalho é para mostrar que a prática pesqueira, pelo conjunto de técnica que envolve e pela sua execução diária, torna-se *in loco* uma prática cultural, sendo difícil que uma prática que faz parte do processo seja definitivamente abandonada.

Como ensina Malinowski “as regularidades nas instituições nativas são resultado automático da interacção entre as forças mentais da tradição e as condições materiais do ambiente” (Malinowski 1986: 34). Assim, a pesca em Quelelene é uma prática constante e regular não apenas porque os ilhéus procuram meios para a sua sobrevivência como muitos acreditam, mas porque também é ou tornou-se uma prática tradicional e porque condições do meio ambiente lhes sugere.

4. Medidas reguladoras e a prática pesqueira em Quelelene

4.1. A razão da CCP e a razão do pescador

A comunidade da ilha de Quelelene como uma parcela do território nacional, também foi abrangida pela lei das pescas, a lei 3/90 de 26 de Setembro de 1990, que vela sobre o processo da prática pesqueira e entre outras coisas. Na consequência disso, em 1998 foi criado um grupo local para auxiliar no processo, com uma supervisão regular da direcção provincial das pescas. O grupo foi designado por Conselho Comunitário de Pesca – CCP e os seus membros eram, na altura da fundação do grupo, e continuam a ser, todos nativos.

A CCP foi criada com a missão de velar sobre medidas, usos de artes nocivas (rede mosquiteira), produtos tóxicos e resolução de conflitos entre os pescadores. Para além da CCP, existe no terreno os representantes do Fundo Mundial para Natureza (WWF) e o extensionista que responde em nome de duas entidades – IDPP e IIP, que ajudam o trabalho da CCP, embora não de uma forma directa.

A prática de pesca de arrasto, de entre todas artes de pesca que existem em Quelelene, é que tem mais expressão. É também uma das artes que levanta um conjunto de problemáticas ligadas a pesca nociva por se tratar de uma rede de arrasto que muitas vezes, pelo menos em Quelelene, contém a rede fina considerada nociva pela Direcção Provincial das Pescas (DPP) à luz da legislação vigente.

Ao longo da prática de actividade pesqueira, os pescadores usam no meio da sua rede um saco mosquiteiro (*yupa*) que serve para a entrada de peixe em grande quantidade. De acordo com as entrevistas que colhi no terreno, o uso de saco mosquiteiro na rede de arrasto serve para capturar a anchoveta por ter um valor maior no mercado.

Nós usamos saco mosquiteiro nas nossas redes porque com ele capturamos a anchoveta. No tempo de muita anchoveta, usar a malhagem estabelecida pela direcção das pescas volta-se a casa com as mãos abanadas. Por isso, reconhecemos que é proibido e a CCP não cansa de nos falar, mas não tem jeito. Ou é com saco mosquiteiro e muita anchoveta, ou então é sem saco e sem anchoveta (entrevista com Momade Ibraimo, pescador, 27 anos).

Existe um conhecimento por parte dos pescadores pelo perigo do uso de saco mosquiteiro. Esse conhecimento é fruto do trabalho cívico que a CCP desenvolve na comunidade. A CCP, junto com os membros do WWF e extensionista de IDPPE/IIP, empreendem esforço para explicar detalhadamente o porque da proibição do saco mosquiteiro na rede de arrasto para praia.

Essas entidades, pelo menos em uma reunião da qual fiz parte, ao explicar o perigo do uso do saco mosquiteiro, fazem uma analogia com os ovos da galinha, como pode se ver a explicação que Momade Eusébio deu aos pescadores:

Quando vocês pescam com saco mosquiteiro, vocês estão a matar espécie que seria para a geração vindoura. Por exemplo, quando vocês consomem o ovo da galinha sempre que ela choca, chegará uma fase em que vão ficar sem nenhuma galinha e conseqüentemente sem nenhum ovo (entrevista com Eusébio Momade, extensionista IDPPE/IIP, 38 anos).

Os pescadores compreendem essas explicações e inclusive localmente já se generalizou a ideia segundo a qual pescar com saco mosquiteiro é tirar o ovo do peixe. Mas como eles argumentam, pelo menos aquilo que pude apurar através das entrevistas combinada com observações, é muito difícil uma rede de arrasto da praia não ter saco. Se não tem então não é rede de arrasto para praia.

A permanência do uso, mesmo com a fiscalização é explicada pelo facto da pesca com esta arte e todos elementos que a compõem ser tradicional. Como nos ensina Diegues (2005), os pescadores, no processo da sua representação simbólica do mar e dos recursos existentes, desenvolveram diferentes tipos de práticas sociais, culturais e económicas no uso e permanência com ambiente marinho. No entanto, essas práticas sociais e culturais representam uma dimensão cultural desse ambiente marinho.

A prática de actividade pesqueira com a rede de arrasto é, antes de mais, uma prática cultural. Sendo assim, deixar de exercer esta actividade torna-se uma tarefa difícil porque envolve um conjunto de hábitos nesse todo processo. Silveira (2011) observa que “os pescadores não estão disponíveis a substituírem suas artes, pois só a natureza vai poder dizer quando elas devem ou não ser manejadas. Além disso, quando se

impede que uma arte seja utilizada, muitos pescadores acabam por usar a mesma”. (Silveira 2011: 390).

O que acontece em Quelelene é precisamente a questão de os CCPs serem guiados pelas lógicas diferentes dos pescadores. Para CCP o fundamental é gerir os recursos pesqueiros e, sendo assim, a lógica que os orienta é “científico mecanicista reducionista e da ideologia economicista”, (Rebouças; Filandi e Vieira 2006) que adquiriu uma posição hegemónica no cenário local.

Para os pescadores, a questão é cultural, uma vez que “a cultura na sua dimensão antropológica se produz através da interacção social dos indivíduos que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (Botelho 2011: 74), sendo necessário “conhecer estas várias faces do quotidiano para a formulação de políticas públicas” (Idem).

4.2. Autoridades de gestão pesqueira e os pescadores

Na secção anterior expliquei o propósito das medidas reguladoras e a sua razão na gestão de recursos pesqueiros e a posição dos pescadores face a essas medidas. Na presente secção, proponho descrever a interacção entre essas duas entidades, focalizando a relação e a coexistência de ambas partes num jogo de aparente entendimento.

A CCP interage diariamente com os pescadores, cria subgrupos a nível local onde esses passam a divulgar a pesca sustentável na região. Além da CCP, os pescadores, como me assegurou Eusébio Momade, recebem de vez em quando a comissão da Direcção Provincial das Pescas que vem com intuito de reforçar o trabalho da CCP. Esses, também divulgam a boa prática pesqueira e sensibilizam os pescadores para o não uso de rede mosquiteira.

Os pescadores quando se encontram reunidos prometem abandonar em definitivo o uso da rede mosquiteira. Mesmo depois da reunião eles divulgam na comunidade o uso sustentável dos recursos marinhos, mas depois de dois três dias continuam as suas práticas (entrevista com Eusébio Momade, Extensionista IDPPE/IIP, 38 anos).

Pelo que observei, apesar desses jogos de promessas, existe uma relação saudável entre os pescadores e os membros da CCP e até mesmo com a comissão que tem aparecido no âmbito da fiscalização pesqueira, diferentemente com aquilo que Silveira (2011) observou em Portugal, da criação de conflitos entre os gestores de recursos marinhos e pesqueiros.

Sahlins (1990) criticou a ideia de que as sociedades tradicionais são habitualmente submetidas à mudanças radicais. No lugar disso, argumentou que esta ideia torna os cientistas incapazes de dar conta da diversidade de respostas locais ao sistema mundial, em especial daquelas que conseguem persistir em seu rastro.

Os pescadores de Quelelene, apesar da imposição que tem sempre enfrentado no processo de gestão de recursos pesqueiros, criam respostas. Mas como Sahlins mencionou que as respostas são diversificadas, as respostas em Quelelene não são conflituosas, mas sim, há uma escolha das políticas reguladoras a cumprir em função dos seus benefícios.

Observei que no período de fartura, os pescadores tiram os sacos mosquiteiros nas suas redes de arrasto. Nesse caso, a remoção de saco mosquiteiro não é, pelo menos nesses casos em que observei, uma obediência às políticas reguladoras vigentes, mas antes, uma forma de garantir que o cardume não se junte com a larva porque faz o peixe capturado perder a qualidade e, além disso dá muito trabalho aos pescadores no acto de seleccionar o peixe no meio da larva.

No terreno, quando vi uma rede pesqueira à beira da superfície, sem rede mosquiteira, perguntei ao senhor Momade Aly, aquém me terá respondido:

Nesse tempo de boa captura, alguns pescadores removem por livre espontânea vontade o saco mosquiteiro, colocando no lugar o saco com uma malhagem de uma (1) polegada ou 0,5 (entrevista com Aly Momade, pescador e secretário de Quelelene, 46 anos).

Diante desses episódios, recorri ao Diegues (2005) que critica o facto de vários estudos sobre comunidades pesqueiras darem ênfase de que elas sempre resistem à mudança. Nesse sentido, propus pensar o caso não como resistência à mudança por parte dos

pescadores, mas como uma forma de interação entre essas entidades. Interação como mecanismo de coabitação, onde há aceitação e ao mesmo tempo negação das medidas estabelecidas.

Há medidas que os pescadores aceitam e materializam no seu dia-à-dia, e há outras que aceitam, mas por se tratar daquelas que atentam com a sua história e o conhecimento que tem do meio que habitam, cultura na dimensão antropológica (Botelho 2011), criam jogos onde de forma passiva procuram mostrar as autoridades de gestão pesqueira as suas dificuldades em implementar na íntegra as medidas propostas.

Sobre as medidas que aceitam, a título do exemplo, observei que em relação a divulgação de boas práticas pesqueiras, sobretudo no que se refere ao manuseamento e processamento de pescado, divulgação dos dispositivos melhorados como fumeiro, tanguês de salga, tarefas longamente divulgadas por extensionista, os pescadores mostram-se satisfeitos em aprender essas práticas.

A criação de jogos e casos de aceitação acontecem quando a questão é de eles deixarem de usar o saco mosquiteiro nas suas redes. Como disse:

Não é possível abandonar o uso da rede mosquiteiro porque há momentos em que não sai peixe e aproveitamos o peixe miúdo para nos sustentar (entrevista com Omar Djuíe, pescador e residente de Quelelene, 28 anos).

Isso revela que os pescadores estão dispostos a saber mais as práticas pesqueiras acrescidas, mas poucas vezes abrem mão das suas práticas tradicionais de pesca, chegando, no entanto, a coexistir com as medidas reguladoras.

Concluo esta secção com a citação de Botelho (2011), que no seu entender “para que a cultura, na sua dimensão antropológica, seja atingida por uma política... O processo depende de umas mudanças radicais, que chegam a interferir nos estilos de vida num nível em que realmente as transformações ocorrem de forma bem mais lenta” (Botelho 2011: 74).

5. Conclusão

No presente estudo explorei a realidade da pesca artesanal, examinando particularmente a relação existente entre a prática de actividade pesqueira na modalidade da rede de arrasto e as políticas de gestão pesqueira.

Para o efeito, conduzi um trabalho de campo etnográfico na comunidade da ilha de Quelelene, no distrito de Angoche, onde com recurso as observações e entrevistas, colectei dados sobre a realidade pesqueira naquela região, incidindo na relação que os pescadores mantinham com as políticas reguladoras.

Os pescadores da ilha de Quelelene interagem, dialogam e negociam regularmente com os responsáveis pelo controle da prática de actividade pesqueira, onde a partir desta interação e diálogo conseguem continuar com as suas artes tradicionais.

O estudo mostra que os pescadores da comunidade de Quelelene convivem com as medidas reguladoras e reconhecem, através do trabalho de educação cívica levado a cabo pelas autoridades de gestão pesqueira naquela região, que o uso de saco mosquiteiro nas redes de arrasto é nocivo. Mas por se tratar de uma prática tradicional e cultural, onde os pescadores desenvolveram várias formas simbólicas de representar o mar e os recursos existentes, continuam com as suas práticas.

Essas nuances, sobretudo da existência de uma entidade que regula a prática pesqueira e a prática de actividade pesqueira, foram quebradas através do crédito dado a articulação entre as medidas reguladoras e prática pesqueira num momento em que esmagadora maioria de estudo concebe essas partes como antagónicas.

A análise de dados feita permitiu entender que a actividade pesqueira está amparada profundamente pela tradição, com uma carga cultural e simbólica muito forte. Contudo, a prática pesqueira, apesar de receber restrições na sua prática e as novas formas de fazer a pesca, os pescadores procuram interagir com as políticas reguladoras, onde há articulação entre essas partes que permite a coexistência de uma prática dentro da outra.

Referências Bibliográficas

Adomilii, Ganpaolo Knoller. 2009. “A Arte de Pescar, a Arte de Narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural de trabalho em uma comunidade pesqueira”. *MÉTIS: história e cultura*. Vol 8. Nº 16. Pp 97-119.

Botelho, Isaura. 2011. “Dimensões da cultura e políticas públicas”. *Perspectiva*. 15 (2). Pp 73-83.

Cardoso de Oliveira, Roberto. 2006. “O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever” in: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo. UNESP. Pp. 17-36.

Clauzet, Mariana; Ramires, Milena; Barrella, Walter. 2005. “Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo, Brasil”. *A linguagem da Ciência*. # 4. Pp 1-22.

Conceição, António Rafael. 2006. *Entre o Mar e a Terra: situações identitárias do norte de Moçambique*. Maputo: Promédia.

Costa, Cristiane Sobrinho. 2012. “Comunidades Ribeirinha de Baía do Iguape: cultura, identidade e representação simbólica dos pescadores artesanais no contexto sócio-económico do Recôncavo Baiano”. *Jornadas de Antropologia da UNICAMP*. Universidade Federal da Baía.

Diegues, António Carlos. 2005. “Artisanal Fisheries in Brazil”. In: Diegues, António Carlos (Eds) *maritime anthropology in Brazil*. São Paulo. NUPAUB – USP. Pp 4-36.

Diegues, António Carlos. 1999. “A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brazil”. *Etnográfica*. Vol III. (2). Pp 361-367. Disponível na internet em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf

Diegues, António Carlos. 2003. “A Interdisciplinaridade no Estudo do Mar: o papel das ciências sociais”. Conferencia proferida na XV semana de Oceanografia. Instituto Oceanográfico da USP. Pp 1-23.

Durham, Eunice (Org); Fernandes, Florêncio (Coord). 1986. “Malinowski: antropologia. In: *colecção cientistas sóciais*. São Paulo: Ática.

Fernández, Pascual José. 1999. “Los Estudios de Antropología de la Pesca en España: nuevos problemas, nuevas tendencias”. *Etnográfica*. Voll. III (2). Pp 333-359.

Fernandes, Raul Mendes. 2012. “O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de Peixe na Guiné-Bissau. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade”. Dissertação de doutoramento. Coimbra. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia.

Forman, Shepard. 1970. *The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy*. Indiana University Press.

Geertz, Clifford. 1973. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Goldmam, Marcio. 2006. “Alteridade e Experiência: Antropologia e Teoria Etnográfica”. *Etnográfica*. Vol. X (I). Pp 161-173.

IDPPE. Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal: relatório de avaliação. Vol II: Junho de 1993.

IDPPE. *Recenseamento nacional da pesca artesanal: resultado nacional da província de Nampula*. Outubro de 2013.

Kottak, Conrad Phillip. 2008. *Assault on Paradise: the globalization of a little community in Brazil*. Recording for the Blind.

Leach, Edmund. 1982. *A diversidade da antropologia*. Lisboa: Edições 70.

Lopes, Simião. 1994. “Crenças mágicos-religiosas ligadas à pesca de pequena escala na região de Inhassoro: um estudo de caso”. Dissertação de licenciatura. Maputo. Universidade Eduardo Mondlane.

Malinowski, Bronislaw. 1974. “Introdução: Objecto, método e alcance desta investigação”. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Ethnologia (8). Pp 17-37.

Maldonado, Simone Carneiro. 1993. *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2Ed. Vol 7. São Paulo: Annablume.

Motta-Maués, Maria Angélica. 1999. “Pesca de Homem/Peixe de Mulher (?): Repensando Género na literatura académica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Etnográfica*. Vol III (2). Pp 377-399.

Mourão, Fernados. 1967. *A Pesca no Litoral Sul do Estado de São Paulo: o pescador lagunar de Iguape – Cananéia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Universidade de São Paulo.

Ngale, Arlindo João. 2012. “Pesca Artesanal: a sua contribuição no rendimento dos agregados familiares da cidade de Maputo”. Dissertação de mestrado. Maputo. UEM. Faculdade de Letras e Ciências Sociais.

Nienwenhuys, Olga. .2005. *Invisible Nets: women and children in Keralas Fishing*. Canada: ROUTLEDGE.

Pereira, Ana Luisa Lisboa Nobre. 2013. “Peixe bom, sangue bom: uma etnografia das relações de parentesco no contexto da especulação da terra na vila do Estevam”. Dissertação de bacharelado. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. Departamento de Filosofia e Ciências Sociais.

República de Moçambique. *Perfil do distrito de Angoche, província de Nampula*. Draft, Edição 2012.

Rebouça, Gabriel Nunesmaia; Filandi, Ana Carla Leão e Vieira, Paulo Freire. 2006. “Gestão integrada e participativa da pesca artesana: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina”. In: Jacobi Pedro; Ferreira, Lúcia da Costa; Leis Héctor Ricardo (Eds) *ambiente e sociedade*. São Paulo: Annablume. Pp 83-104.

República de Moçambique. Lei nº 3/90, de 26 de Setembro de 1990. Lei das pescas.

Sahlins, Marshal. 1990. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Silveira, Cibele Dias. 2011. “A pesca artesanal no contexto português: o conhecimento local na solução de conflitos”. *Tempos históricos*. Vol 15. Pp 383-404.

Silva, Geraldine Augusto de Araújo. 2012. “Dinâmicas sociais, organização política e conflitos da pesca artesanal na foz do rio São João (RJ)”. Dissertação de mestrado. Niterói. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Antropologia.

Van Velsen, Jaap. 1987. “A análise situacional e método de estudo de caso detalhado”. In: Feldman-Bianco (Org) *antropologia das sociedades contemporâneas-métodos*. São Paulo: Global. Pp 345-374.

Anexo

Guião de entrevistas

I. Dados Gerais

1. Nome
2. Idade
3. Sexo
4. Naturalidade
5. Escolaridade
6. Ocupação

II. Guião de entrevistas para os pescadores (aspectos gerais da prática de pesca com a rede de arrasto)

1. Quem deve pescar?
2. Como se torna pescador?
3. Todas as pessoas aqui são pescadoras?
4. A que horas começa a pesca?
5. Quem marca a hora de pesca e quem organiza tudo?
6. Qual é a função do mestre (Nahota)?
7. Como se pesca com a rede de arrasto?
8. Quantas rondas pesqueiras fazem por dia? Porque?
9. Qual é o significado de pesca nas suas vidas?
10. Qual é a dimensão da rede de arrasto e quantas pessoas ocupam normalmente uma tripulação?

III. Guião de entrevistas para os pescadores (sua relação com as autoridades de gestão pesqueiras)

1. Existem autoridades que regulam a prática de pesca com a rede de arrasto?
Quem são e qual é o seu dia-a-dia?
2. Qual é a relação dos pescadores com as autoridades de gestão pesqueira (CCP)?
3. Qual tem sido as recomendações deles?
4. Vocês (pescadores) cumprem com aquilo que eles recomendam?
5. Qual é o posicionamento dos pescadores no que concerne a essas políticas reguladoras?
6. Qual é o principal desafio dos pescadores em assimilar as regras impostas pelas autoridades de gestão pesqueira?
7. Notei que a principal preocupação das autoridades pesqueiras é com o uso de bolsa mosquiteira e os pescadores continuam a usar, qual é a explicação?
8. Têm alguma opinião sobre como as autoridades de gestão pesqueira deviam proceder?
9. Como tem sido o vosso dia-a-dia com as autoridades de gestão pesqueiras (CCPs)?

VI. Guião de entrevistas para as autoridades de gestão pesqueira (CCP)

1. Quando foi criada a CCP?
2. Com que objectivo foi criada?
3. Quem teve a iniciativa de criar?
4. Qual tem sido o trabalho da CCP?
5. Qual é o dia-a-dia do CCP?

6. Como é que os pescadores responderam face a criação deste conselho?
7. Acham que estão a atingir o objectivo sobre a qual criaram a CCP?
8. Além da CCP, qual é outro órgão local ou regional que trabalha aqui no âmbito de gestão de recursos humanos?
9. Qual é a relação entre a CCP e os pescadores?
10. Qual tem sido a principal reclamação que vos chega por parte dos pescadores face a proibição do uso da bolsa mosquiteiro na rede de arrasto?
11. Não acham que podiam envolver mais os pescadores no processo de gestão pesqueiro?
12. Fiquei sabendo que o CCP é composto por pessoas naturais e residentes de Quelelene, o que pressupõe dizer que é um conselho local, porquê essa composição?
13. Como era a regulamentação pesqueira antes da criação de um conselho local, CCP?
14. O que mudou depois da gestão e regulamentação passar para grupo local?
15. A CCP trabalha com outras entidades superiores?

Observação: no presente trabalho basei-me mais na observação.